

A IDÉIA REPUBLICANA NOS EDITORIAIS DE "O PAIZ"

Teresinha Oliva de Souza

No Editorial de 1.º de outubro de 1889, quando o jornal carioca "O Paiz" assinalava mais um ano de existência, seu redator comentava com orgulho o poder da imprensa, seu papel como modificadora de mentalidade e sua capacidade de demonstrar, pelo grau de seu crescimento e expansão o índice de "civilização" de um povo. "O Paiz" completava cinco anos e era então o jornal diário de maior circulação na América do Sul, com uma tiragem em constante crescimento.

Segundo o editorialista, a linha do matutino consistia na luta pelo bem comum e pela renovação e progresso do país. O editorial procura definir o que tem sido o jornal, particularmente no seguinte trecho: "Foi instituído como órgão neutro nas contendas dos partidos entre si; mas não é, nunca foi nem será neutro entre as causas sociais e políticas que interessam a vida da nação brasileira e os partidos, os governos ou as dinastias que possam influir nos destinos do povo brasileiro." (1)

O redator era Quintino Bocaiúva, já então investido das funções de Presidente do Partido Republicano. Segundo Evaristo de Moraes, o jornal, que fora dirigido por Rui Barbosa quando da sua fundação, "nunca deu combate doutrinário ao Império.

Era mais abolicionista que republicano. Se frequentemente atacava os últimos governos da Monarquia, fazia-o nos moldes democráticos, sem cor partidária." (2)

Tal afirmativa ao que parece, não tem validade para o segundo semestre de 1889, no que se refere ao apartidarismo. Nesta fase o jornal é francamente republicano. Verdade é que na sua "Secção Livre", quaisquer partidos, quaisquer tendências têm acolhida, mas se quisermos ver nos editoriais e principais artigos, coerência com o ponto de vista de Evaristo de Moraes teremos apenas que concordar quanto à moderação, à crítica feita em defesa de ideais de bem comum e progresso da nação, sem o caráter ferino e destruidor da oposição radical; entretanto, à medida que se aproximam as eleições de 31 de agosto e depois delas e, ainda mais, a partir da ascensão do Gabinete Ouro Preto, é como se a discussão das "causas sociais e políticas que interessam à nação brasileira", levasse inevitavelmente quem o fizesse, à única solução viável — o fim do regime monárquico, a adesão à causa republicana.

Portanto, não digamos como Leoncio Basbaum, que "O Paiz"... "somente se destacava de outros órgãos da imprensa por ter algumas colunas dedicadas à propaganda republicana." (3) Insistimos em que há que ressaltar-se à posição do jornal nos últimos meses do Império.

Sem ser órgão do Partido Republicano, "O Paiz" ultrapassa em seus editoriais a simples propaganda, emitindo conceitos e até teorizando sobre questões de política. Sua linha é moderada, de acordo mesmo com a posição do seu redator, definida no "Manifesto de Quintino Bocaiúva ao Partido Republicano Brasileiro 1889": "No partido republicano como no próprio paiz correm hoje paralelas duas correntes: a evolutiva e a revolucionária; (...) "a nossa propaganda tem sido uma propaganda de princípios e não uma propaganda de ódios. Temos visado e visamos a transformação social, pacífica e legal, pelo esclarecimento da opinião pública e pelas conquistas graduas effectuadas no domínio da consciência nacional."

"Esse processo evolutivo, tão de acôrdo com a política científica dos tempos modernos, foi também o que melhor se ajustou com a índole do povo brasileiro generoso, paciente e sofredor como nenhum outro povo da terra." (4)

Tal posição reflete bem a influência do positivismo, que vê a sociedade, o homem e o mundo submetidos a leis naturais imutáveis, enquanto só a modificação das opiniões e costumes pode levar à reforma das instituições. Para Quintino Bocaiúva entretanto, esta posição não parece excluir, como recursos último, a resistência: "Tanto quanto, porém, me é permitido expressar a opinião da maioria do partido republicano e da maioria do povo brasileiro, julgo poder assegurar que somos chegado ao período agudo da crise social e política da nossa pátria e que a nação brasileira, por todos os órgãos extra-oficiaes, tem demonstrado a sua firme intenção de repellir energicamente a hypothese do terceiro reinado." (5)

O fato de não ser órgão oficial do Partido, torna pouco consistente tomar-se "O Paiz" como intérprete da opinião republicana. É verdade que se houve um teórico do Partido Republicano, este não foi senão o redator d'O Paiz, Quintino Bocaiúva. Ele próprio, porém, considerava que "um bom jornal" (6) deve ser neutro, desistindo de manter um órgão oficial da agremiação política.

Por outro lado, o próprio Partido Republicano Brasileiro, nascido, segundo Oliveira Vianna, da reação liberal de 1868, pela queda do gabinete Zacarias, é de existência um tanto quanto "impalpável", pela diversidade de idéias que abriga e pela própria independência dos grupos que o integram, como os "idealistas" do Rio de Janeiro e os "objetivistas" do Partido Republicano Paulista, sem contar os já citados "evolucionistas" e "revolucionários". A própria eleição de Quintino Bocaiúva, em 1889, para chefe do Partido, significou a "vitória dos grupos moderados do Partido em oposi-

ção aos grupos radicais", (7) levando Silva Jardim, da ala radical, que não o reconheceu como chefe, a romper com o Partido.

Há inegavelmente na linha de "O Paiz" o "manejo de idéias novas". (8). Verdade é que, no período estudado, elas poderiam aparecer mais frequentemente, porém as eleições de 31 de agosto dominam as preocupações do jornal: a denúncia de arbitrariedade ocupa vários dias, revelando a frustração republicana pelo resultado das urnas, que deu ao país uma Câmara unanimemente situacionista, às vésperas da queda do regime.

A contestação à forma de governo, assume várias vezes o caráter de sutil doutrinação, em que a alusão a grandes datas de nações republicanas é pretexto para que sejam mostradas — e louvadas — as virtudes da sociedade, a excelência das suas instituições e o progresso material alcançado — tudo atribuído à forma de governo republicana, como a insinuar que a solução para os problemas do Brasil, a possibilidade de o país crescer, enriquecer e se tornar poderoso no conjunto das nações, dependeria tão somente, (bem ao gosto dos idealistas), da vitória das aspirações republicanas.

No aniversário da independência dos Estados Unidos, o editorial enfoca as homenagens que naquele país se prestaram a George Washington no centenário da sua posse como presidente da nação, a 30 de abril. Era a oportunidade para ver, nas homenagens prestadas num país republicano, que as democracias republicanas não fazem o culto dos heróis enquanto individualidades, mas pelos serviços que eles prestaram à comunidade: "Servir ao povo e não servir-se do povo — tal é o caracter da investidura autoritária no seio dos povos republicanos", pelo que "o mais glorioso chefe é o que mais e melhor serve à causa do próprio povo." (9) comenta o editorialista em "Os Centenários".

O editorial do dia anterior, com o mesmo título, comentava não só as celebrações americanas como as que se preparavam para o aniversário da Revolução Francesa, para as quais grandes exposições, demonstrando o progresso alcançado nas ciências, artes e indústrias, eram programadas, progresso que o redator atribue ao fim da "tyrânia e os abusos dos monarchas e dos aristocratas da Europa." (10) Aqui, declaradamente, o comentário das comemorações objetiva a "edificação moral do povo brasileiro para demonstração do effeito das instituições republicanas sobre a educação, sobre as idéas, sobre os costumes e sobre o caracter do povo regido por essas instituições."

O mesmo conceito se repete em "Nove de Julho", no aniversário da República Argentina, quando o enfoque é dado aos progressos alcançados pelo país, sob forma republicana de governo.

Já no dia 12 de outubro, quando a armada chilena visitava o Brasil, o editorial "Viva a República" (...do Chile), faz apologia da República, analisando a situação do Chile, considerada a mais poderosa nação da América Ocidental. É então posta em foco a coesão nacional do país visitante, a solidez da sua estrutura governamental, seu grande desenvolvimento, o rápido aumento da sua riqueza e elevação do nível moral e intelectual da sua sociedade, além da integridade das suas instituições econômicas.

Quando aborda a campanha desmoralizadora da República, iniciada a propósito da corrupção na França, (o chamado Wilsonismo) (12) que culminou com a impugnação do mandato do presidente Julio Grévy, declarando que a República sentia-se ferida em sua honra, o jornal compara a situação da República Francesa, neste particular, com a onda de corrupção dominante no "Império Americano". Títulos de nobreza, condecorações, patentes coronélicas, promessas de empregos, concessões de empresas, dinheiro e cartas de seguro para empréstimos adiantados ou aprazados e auxílios à lavoura que são na verdade auxílio eleitorais, fazem o quadro de "descalabre moral" e "desabar de consciências", que caracterizam o país. A conclusão vem rápida, incisiva: o wilsonismo campeia no Império.

O ataque expressamente dirigido ao Imperador ou a membros da família imperial

não é frequente. Mas a Monarquia é seguidamente discutida e atacada e a força do movimento republicano realçada de tal forma, que qualquer expediente do governo é interpretado como medo, de um governo que sente estar no fim e presente a própria queda.

Quando, no mês de julho, um jovem português disparou uma arma em direção à carruagem imperial, à hora em que a família do Imperador se retirava do teatro, o grito "Viva a República", que se seguiu, provocou algumas interpretações, inclusive em Portugal, que imputaram o ato ao Partido Republicano. A defesa do Partido, insistentemente feita por Quintino Bocaiúva, que inclusive se identifica no editorial de 19 de agosto, diz que a associação que a "reportagem e a politicagem" fizeram, para tirar proveito em benefício da Monarquia — "não do monarca" — compreende-se e se explica, já que o próprio governo julga abalada a instituição monárquica pela propaganda republicana. A possibilidade de ser o atentado utilizado para difamar o Partido Republicano, era vista já no editorial de 17 de julho, na própria ocasião do fato. Naquela oportunidade, pode-se perceber no redator, o cuidado várias vezes demonstrado, de explicitar a necessidade de respeito às autoridades constituídas, respeito que o Partido Republicano espera obter dos monarquistas quando se proclamar a República. Assim, o que o jornal considera mais grave no atentado à carruagem imperial, é o desacato ao imperador, pelo desrespeito ao representante da nação, constituindo-se numa ofensa ao país e a sua soberania.

A moderação é bem percebida nestes editoriais, quando Quintino Bocaiúva, identificando-se, em "Os dous factos", de 17 de julho, observa que a violência nunca fundou nada de duradouro e que ofender a um homem não implica em sufocar ou abater uma idéia ou instituição. Se alguma intenção subjacente ao atentado contra o Imperador, existiu, foi a de desprestigiar a idéia republicana e prestigiar os sentimentos monárquicos, apelando para o sentimentalismo do povo brasileiro. A crença no evolucionismo também aí se faz presente: só as idéias vencidas apelam para extremos de violências. A idéia republicana vencerá, para o bem da pátria, sem precisar usar tais expedientes.

O sete de setembro é motivo de análise do papel exercido pela Monarquia no Brasil. Os atos do governo monárquico são interpretados como sendo uma sucessão de violências contra o espírito americano", democrático e republicano.

A temática central é o espírito republicano revelado em toda a História do Brasil e massacrado, como o foi após 1824, quando uma força militar "estrangeira de origem, e reforçada pelo elemento mercenário, também estrangeiro" (12) possibilitou ao Imperador Pedro I estabelecer uma ditadura prepotente e sanguinária. A reação de 1831 foi sufocada pelo medo da restauração, encerrando as manifestações de espírito patriótico e educação cívica no país. O que se seguiu foi desolador: agigantou-se o poder imperial, amesquinhou-se o poder do povo. A centralização a tudo atrofia e o Imperador reinante é ainda mais absoluto do que seu pai o fora — o povo abdicou tacitamente de sua soberania... (13)

"Estes príncipes...", comenta a situação do Vice-presidente do Ceará, obrigando a cobrir as despesas realizadas com dinheiros públicos, na recepção ao Conde d'Eu, em sua viagem àquela Província. O governo insiste em que o futuro imperador honorário do Brasil deveria ter sido recebido como "um particular e nada mais" (14). O Paiz", analisando a maneira como foram organizadas as viagens do Conde d'Eu, (a comitiva, os avisos, a gala e o cerimonial), mostra a incoerência de atribuir-se a tais visitas às Províncias, caráter particular, enquanto conclue: "Estes príncipes, decididamente, estão feiçados a comprometer-nos dentro e fóra do império, em terra e no mar; terra marique... A continuarem estas surpresas, será necessário crear mais uma instituição no nosso paiz — a dos seguros contra as viagens dos príncipes... (15)

À proximidade das eleições a discussão do regime é mais fecunda. Aí o jornal se

comporta como se fosse porta voz do Partido Republicano, analisando o processo eleitoral, o comportamento do governo e dos partidos monarquistas. Os maiores subsídios para o conhecimento da ideologia de "O Paiz" e também de pensamento da ala republicana liderada por Quintino Bocaiúva, encontram-se aí.

O Partido da situação, o Liberal, é alvo das mais acerbas críticas. Seu comportamento no governo é tido como incoerente com o próprio Programa, mas coerente com a tradicional atitude da oligarquia do partido quando no poder: o liberal no poder é sempre "o reactor mais violento e o compressor mais desabusado" (16). O Programa do Partido é visto como "simples empreitada dynastica", na mais contraditória posição relativamente à que adota quando em oposição. A única meta que o jornal identifica no governo Ouro Preto é a da manutenção da Monarquia, praticamente uma "política de medo" e colocando constantemente em choque o governo com as paixões populares. "O spector da republica" é o terror do governo e "o crescimento do partido republicano é o seu pesadelo" (17). O Partido Republicano é definido como ponto de atração e de convergência moral para os espíritos desiludidos e para os patriotas, força eficiente "no concerto do movimento social e político da nação brasileira" (18). Sua existência está provada como força atuante, diz finalmente, nos esforços do governo para debelá-lo.

Repetidamente, o governo é alertado para o perigo da repressão e da violência: elas podem apressar o desfecho contrário ao invés de destruí-lo. O editorialista teme que os atos do governo atrapassem a evolução natural do sistema político e conduzam o povo ao caminho da revolução.

A denúncia de violências e trapaças é uma constante. A eleição que está para se realizar é vista como "execução" do Partido Republicano pelo governo. É interessante notar como na última eleição do governo monárquico, o Partido Republicano sente a sua impotência diante da força coatora do governo. A eleição de 31 de agosto é, no dia 12, considerada um "drama", já que o programa do Chefe do Conselho de Ministros é sufocar os ideais republicanos e extinguir o Partido. O editorialista adverte o Ministro de que tais atitudes só fazem tornar odiosa a Monarquia. Sem outro recurso, apela para o lado moral da questão, mostrando que a vitória do governo não terá qualquer significado moral. Em meio à desigual campanha, os republicanos dão testemunho de seu "amor á ordem e á legalidade" (19).

O editorial de 17 de agosto sobressai como nítido ataque ao regime. Ele se intitula "O íntimo receio" e, discutindo ainda os meios utilizados para vencer as eleições, tenta "ganhar a batalha" no terreno moral. Assim, considera que, cada opinião abafada, consciência oprimida ou voto dado sem convicção, é um protesto íntimo, uma maldição que recai sobre o poder, levando as pessoas a desejar um regime que tenha condições de garantir os direitos individuais e de respeitar a dignidade do homem: "um regime que, em vez de representar o império da prepotência sobre a fraqueza, representa a força incontrastável do direito sobre todas as tyrantias".

Tal idéia vai repetir-se num dos comentários às manobras eleitorais do governo. empenhado em derrotar o Partido Republicano: o jornal procura tirar proveito da situação, dizendo que se o governo tivesse certeza de um "finis republica", não precisaria temer diante de um povo acostumado a delegar sua soberania e sua vontade ao Imperador, como "arbitro absoluto do governo e dos destinos da nação brasileira" (21). São lamentáveis pois os empenhos para restaurar "um regime que já não pôde perdurar e nem resistir sequer ao embate das novas idéias e aspirações democráticas", porque "essa restauração (...) só pôde produzir males funestíssimos e incalculáveis" (22).

O povo é conclamado a repudiar os métodos e propósitos do governo, bem como as "tormentas civis e as convulsões revolucionárias" e o governo, advertido para o perigo de uma guerra civil, já que "a reacção violenta, a obstrução dos respiradouros da opinião, o abafamento da propaganda republicana, vedando-se ao partido que a fez o

acesso às urnas, só podem produzir o efeito de exarcerbar a irritação dos animais e de inspirar-lhe o recurso aos meios extra-legaes." (23)

A posição idealista transparece também na análise do processo eleitoral. A República é vista como sanificadora da política. Em "A moral política" (24), a conduta dos partidos monarquistas é mais uma vez posta em destaque. O jornal observa que nos governos partidários, os homens trocam os princípios pelos interesses da política. Tal política harmoniza-se com o regime monárquico representativo, em que só se alterna os partidos, a política permanece a mesma, porque os processos dos partidos são idênticos. Mas, (proclama em "Factos: A Factos!") "há de surgir finalmente a fecunda iniciativa da reacção sanificadora, que conseguirá purificar a atmosfera social e política da nossa pátria." (25)

A Monarquia é o regime do "arbitrio pessoal onipotente". O sistema eleitoral, baseado no critério do censo elevado, "facilitou ao governo os meios de coacção moral sufficientes para lhe garantirem a subordinação das urnas, na generalidade, e a ortodoxia da opinião eleitoral." (26)

Outro interessante aspecto do ataque ao governo é o que trata das questões militares. Há um certo "insuflamento" dos militares por parte do jornal, sempre que se registra um incidente entre um membro do governo e um militar; os planos do governo com relação ao exército são veementemente criticados.

A prisão do oficial comandante da guarda do Tesouro, por ordem do presidente do Conselho de Ministros, num incidente causado pela momentânea ausência do militar quando saía do Tesouro o Ministro da Fazenda, não recebendo por isto as honras de praxe, provoca o pronunciamento de "O Paiz em defesa dos militares. Capciosamente, o redator diz não ter pretensões de despertar os bríos da classe militar, porque ela não precisa disso, enquanto diz que os efeitos do incidente se não de pronunciar: "não tenhamos pressa..." (27).

No terceiro editorial sobre o assunto (a prisão do oficial), o jornal já se defende das acusações de usar o incidente para especular e atrair a simpatia do exército, desviando-o da obediência e subordinação aos poderes do Estado .. (28)

O choque havido entre o chefe de Polícia e o corpo policial de Ouro Preto (MG), sobre questões de obediência à autoridade civil em detrimento da hierarquia militar, provoca o comentário de que a repetição de conflitos desta ordem, cavam um abismo entre o poder civil e o poder militar, sendo portanto natural que a classe militar se veja sempre sacrificada na sua honra e nos seus bríos, "aceitando a posição humilhante em que a querem collocar, os caudilhos políticos." (29) Um outro editorial insiste em que "o governo imperial não gasta sedas nem faz cerimônias" com a classe militar, enquanto contemporiza sempre com os civis, ludibriando os militares. (30)

Um dos assuntos mais polémicos foi o reforço à Guarda Nacional, pretendido pelo governo. A propósito, o editorial de 23 de outubro observa como "o exército é mal visto actualmente nas altas regiões e tanto que se rumoreja que ele será dissolvido, logo que chegue á maturidade a organização da guarda nacional e a da guarda policial" (31). O plano de governo, de distribuição de armamento moderno de retrocarga à Guarda Nacional e aos corpos de polícia é considerado acintoso, quando se reservam ao exército apenas "as velhas espingardas miniés" (32). Enfim, o plano de desorganização do exército a ser apresentado pelo governo ao Parlamento é analisado, já a cinco dias da República, como medida asseguradora da instalação do Terceiro Reinado. (33)

"O Paiz" discute o regime quase sem ataques pessoais. Lida com idéias e teses sobre os fatos do dia-a-dia. O único ataque verdadeiramente pessoal é feito ao presidente do Conselho de Ministros, o Visconde de Ouro Preto. Na véspera da proclamação da República, contra ele verbera o jornal numa profissão de fé republicana, evolucionis-

ta: ... "sejam quaes forem as suas apparentes victorias, seja qual for o grão de entusiasmo artificial dos seus adoradores, será bem cego o que não veja transluzir no horizonte da patria a estrela solitária do patriotismo, ainda meio encoberta pela caligem das ambições revoltas que sobem até o throno como um vapor espesso e asphyxiante, sem luz que afinal ha de espancar as trevas desta situação, preta na sua indole e na sua expressão, nos seus designios e nos seus actos, até sanificar, pelo influxo dos seus raios, a atmosfera empestada que nos rodeia." (34)

Já foi dito que "O Paiz" foi abolicionista. Sua preocupação com a sorte da propriedade agrícola, considerada a principal fonte de riqueza da nação, vinha se manifestando numa luta que advogava recursos para a lavoura. Quando o governo destina recursos à lavoura do Norte do país, o jornal aplaude-o com entusiasmo, lembrando porém a necessidade de que tais expedientes deixem de ser esporádicos: é necessário que se organize o crédito agrícola; instituam-se bancos que forneçam capital e organizem-se instituições de seguros, bem como institutos agrônomicos, "para alcançar todos os benefícios do cultivo racional do solo" (35). Na mesma linha, busca despertar o interesse dos agricultores e industriais para novos produtos, como é o caso do ramio (fibra textil), cuja cultura estimula e procura promover.

É interessante destacar-se um trecho do editorial de 2 de julho, bem expressivo do pensamento do jornal: "É preciso esquecer o typo do antigo fazendeiro apoiado exclusivamente na instituição nefasta da escravidão para encarrar o agricultor de hoje, o productor, o trabalhador inteligente, que tem de comanditar com os seus conhecimentos, transformando-a em fonte inesgotável de abundância e riqueza, que tanto aproveitam ao individuo, á familia, como ao estado e a toda a colletividade social." (36)

A questão bancária é amplamente discutida. A 28 de agosto, às vésperas portanto das eleições, o jornal aplaude como o primeiro passo sério do governo para melhoria da situação econômica-financeira do país, a iniciativa do Ministro da Fazenda, pela criação de grande Banco de Emissão, para a conversão da dívida interna do país e a consolidação do seu meio circulante, a ser substituído pela circulação metálica.

Em outubro, a fundação do Banco Sul Americano, banco que se propunha a desenvolver e auxiliar os diversos ramos do comércio, agricultura, indústrias e artes, sugere a análise da vida político-econômica da nação. "O Paiz" percebe a nova movimentação que se imprime à economia brasileira naquela fase e comenta que a letargia de muitos anos é, substituída pela superexcitação funcional da vida econômica em índice antes nunca observado. Atribue a nova situação ao fim da escravatura. A lei de 13 de maio é a "mater geradora" de tal prosperidade, que atrai "todas as iniciativas", refletindo-se sobre os mercados monetários estrangeiros, atraindo capitais para a nação e "estabelecendo a drainagem do ouro que é hoje a moeda que está obstruindo os canaes da circulação." (37)

O princípio da pluralidade bancária, o estabelecimento do padrão da nova ordem bancária sobre a base da emissão convertível e o contrato com os novos bancos, do resgate do papel-moeda do Estado, são considerados os outros móveis do novo ritmo que se imprime à vida econômica.

Um sentimento de euforia, de confiança e de aplauso ao governo, é o que se pode identificar no comentário de que os bancos se propõem a "ampliar a produção e a incitar a actividade dos negócios, já impulsionando a produção agrícola, commanditados pelo próprio governo que lhes fornece uma parte do seu capital, já creando ou alentando indústrias novas; já alargando a esphera do crédito pessoal, estimulado perspectiva dos grandes negócios entrevistos e pelas necessidades do commercio desenvolvido ultimamente em escala ascensional e progressiva, o que tudo revela uma admirável vitalidade que, se nos enche de surpresa, deve também encher-nos de legitimo orgulho patriótico." (38)

Ainda antes que completasse um mês desse entusiasmo, a situação era bem outra. É o que se pode sentir quando "O Paiz" deplora a criação do monopólio de emissão para uma só instituição de crédito. Esta medida vinha ferir os princípios básicos estabelecidos pela lei que instituiu os bancos de circulação, para atender aos interessados do sindicato europeu patrocinador do Banco Nacional, sindicato este de grande influência nos negócios e operações financeiras do Brasil. O governo, diz o jornal, é o unico perturbador do nosso mercado monetário, o unico anarchizador das nossas finanças, o maior obstaculo ao desenvolvimento do crédito, (...) o maior inimigo da prosperidade pública pelo desacerto com que tem gerido as finanças do estado, opprimindo o paiz com o peso dos impostos e de emprestimos, que afastarão por muitos annos a hypothese de se estabelecer o equilibrio orçamentario do Imperio." (39)

Defensor intransigente da pluralidade bancária, diante da nova situação, o matutino cede, advogando entretanto o estabelecimento do monopólio da emissão em favor do Banco do Brasil, principal alavanca do crédito e ponto de apoio nas crises nacionais, com muito mais razão merecedor de tal direito.

O nacionalismo intransigente não é, porém, a linha pela qual se guia "O Paiz". Bem sintomática é a posição que adota quando da convocação do Congresso Americano, no mês de outubro, pelos Estados Unidos. O encontro dos países da América foi saudado entusiasticamente e o jornal considerou infundadas quaisquer preocupações de que o Congresso, utilizando pretextos econômicos, escondesse reais interesses de hegemonia política por parte dos Estados Unidos. Realça os objetivos norte-americanos de desenvolver o seu comércio intercontinental, como únicos motivos do encontro, pelo qual os países americanos deveriam se mostrar altamente interessados.

A simpatia pelo modelo americano é notória. Em defesa do Congresso Americano "O Paiz" polemiza com o jornal monarquista "Sentinella da Monarchia". Afirma que as questões políticas a ser tratadas restringir-se-ão à questão da arbitragem internacional ou a qualquer outra sugestão razoável apresentada, predominando mesmo os assuntos econômicos, como a busca de vantagens recíprocas, pela nivelção dos impostos aduaneiros, ou outras compensações para todos os países americanos. Há uma certeza nas boas intenções dos Estados Unidos. O seu poderio econômico, (a superabundância de sua produção industrial, a perfeição dos produtos das suas fábricas, o rápido crescimento do seu contingente populacional, o desenvolvimento da nação, a diversidade dos produtos manufaturados e a abundância de capitais, suas riquezas naturais e infra-estrutura ferroviária), é o único motivo da convocação do Congresso, pois o desenvolvimento gerou uma situação que exige com urgência novos mercados, sob pena de o país se estagnar. A crença idealista numa nação republicana, repudia quaisquer outras interpretações. Estas, quando existem, são atribuídas aos temores da Europa monárquica de que uma potência democrática e republicana lhe usurpe a hegemonia econômica. (41)

Os Estados Unidos são o seu protótipo de evolução e desenvolvimento social e político. A euforia com que o jornal saudava, a 11 de setembro, a eleição do Conselheiro Mayrink, candidato do Partido Liberal por Minas Gerais, reflete muito bem tal mentalidade. No editorial "O Conselheiro Mayrink", o elogio que faz ao neo-eleito merece ser transcrito: "É um brasileiro que, possuindo todos os característicos da nossa raça e do nosso temperamento nacional, característicos que assinalam talvez defeitos e imperfeições devidas á ingenuidade nativa de todos os povos americanos de origem latina, isto é, o entusiasmo e a confiança levadas até o esquecimento da realidade das cousas e da oportunidade da sua desenvolvimento, possui comtudo outras qualidades que fazem d'elle um verdadeiro yanke* pelo arrojio das concepções, pela inquebrantavel resolução do seu animo affeito, pela perseverança na luta, pela fé no exito dos seus empreendimentos, pela actividade indefessa, pela dedicação ao trabalho, pelo patriotismo, pela ancia de progredir, pelo desejo de fazer o bem, pelo instincto creador, pelo espirito de solidariedade social e humana, pelo amor da glória, finalmente ambicionando mais do que a fortuna, um nome radiante e respeitado".

O enfoque dado aos assuntos econômicos sugere talvez o estudo da mentalidade da burguesia brasileira, que, no campo político, acredita que a única maneira de levar o povo a participar do governo e exercer sua ação sanificadora conduzindo o país à República é promover a emancipação econômica, civil e política do cidadão, para que ele possa se libertar da esfera governamental como única alternativa de subsistência. Esta missão, "o Paiz" imputa ao Partido Republicano Brasileiro. (43)

Segundo a posição traçada por Quintino Bocaiuva, o jornal deveria manter uma linha de neutralidade, de imparcialidade mesmo, na defesa do bem comum. Aí estaria a primeira contradição da "Folha", "demasiado republicana em sua neutralidade" como declara o colunista de "Microcosmo", no número de 11 de julho.

Partindo daí, é possível detectar algumas contradições em pequenos detalhes, numa série de artigos que se revela, à primeira vista, de uma sólida coerência na linha moderada. Poderia dizer que, o que se nota em cada um dos editoriais, é o colunista republicano, esforçando-se por analisar, imparcialmente, uma sociedade que lhe aparece com um sistema político eivado de erros, completamente inadequado, extemporâneo e superado.

Conforme já foi visto, "O Paiz" é dirigido pela corrente moderada, evolucionista, dos ideólogos republicanos, para os quais a República é inexorável, seu advento obedece apenas a uma questão de tempo. Tal não parece ser o pensamento que dirige o editorial de 11 de agosto, intitulado "O que tem de ser...", que transcreve, com explicação que lhe corrobora os termos, um artigo do jornal, "El Rio de Lá Plata" sobre a situação brasileira. Este artigo, após considerar inútil apor obstáculos ao passo da República no Brasil, já que são irreversíveis as leis do progresso, conclue com uma frontal contradição. Declara que a questão não é de pessoas, mas de ideais, que podem mais do que os homens: a Monarquia e a República são duas causas, que lutam no Brasil com armas desiguais: o passado e o futuro. Este movimento, afirma então, terminará em **revolução**, que parece estar próxima, pois que as forças republicanas parecem **ter perdido a paciência de esperar por uma evolução.** A contradição já se revela no próprio título, que expressa uma atitude de fé no evolucionismo: "O que tem de ser..."

"Viva a República!", de 19 de julho, é dos mais interessantes editoriais. O assunto é o edital do chefe de Polícia, que proíbe aclamações públicas do tipo "Viva a República!" e "morra" ou "Fora a Monarquia!". O jornal declara o seu inteiro apoio ao edital, e justifica dizendo que, aqueles que publicamente aclamam a República, ainda que não seja sua atitude interpretada como ofensiva à Monarquia, ou sediciosa, será sempre tida como uma provação que pode gerar conflitos. "Sub lege libertas" d'z, deve ser o lema dos republicanos. A propaganda republicana não deve inspirar injúrias ou desacatos às autoridades constituídas e muito menos ao chefe do governo, pois de outra forma, não poderá a futura República exigir respeito, se os sobreviventes monarquistas fizerem o que fazem os republicanos, colocando-se fora do terreno legal.

Curiosa e contraditória posição esta, capaz de interpretar como "legal" a propaganda da República, em pleno regime monárquico...

O seu conceito de nacionalismo é também contraditório. Intransigente quando se trata da ingerência de estrangeiros em questões internas, principalmente aquelas que dizem respeito ao fortalecimento do regime monárquico contra a República, não é sequer cauteloso, mesmo quando alguns países sul-americanos revelam temores em relação à hegemonia norte-americana no continente, a propósito da convocação do Congresso Americano. No raciocínio do redator, se cada país enviou ao Congresso seus mais capazes e hábeis representantes, nada há a temer. Se estes representantes sentirem-se embaraçados pela "velhacaria americana", não será culpa dos americanos, porque, como lá diz o rifão: quem é tolo pede a Deus que o mate..."

Enquanto baseava sua propaganda republicana em repetidos exemplos de pro-

gresso e opulência das Repúblicas, exatamente à véspera da proclamação, o jornal comentarà: "Enriquecer — não é certamente nem a única nem a mais nobre das preocupações do homem; e tratando-se de uma nação — não é certamente a riqueza a melhor garantia do seu poder e de sua glória." (45)

É evidente o republicanismo de "O Paiz" no segundo semestre de 1889. A sua pretendida "neutralidade" parece um argumento para dar força à análise que faz da decadência do regime vigente e de suas instituições, qual exame despretenhoso, que apenas "esbarra" na realidade

"O Paiz" parece ser um veículo das novas aspirações, dos interesses que querem ajustar o Estado aos seus objetivos. As virtudes que ele eleva são aquelas do quadro da "moral burguesa", correspondentes ao novo ritmo de vida que a economia agro-exportadora do café imprime ao país naquela fase. Quando o Conselho Mayrink se elegeu Deputado o jornal vibrou com a esperança de que do Parlamento participassem representantes de todas as classes e de todos os interesses sociais. As qualidades que são realçadas no novo deputado não são mais que o seu espírito empreendedor e sua sólida fortuna, a vasta folha de realizações no campo dos empreendimentos econômicos, seu espírito de trabalho e luta, despojado de preconceitos aristocráticos e sua condição de capitalista e comerciante.

A República toma "O Paiz" de surpresa. Nada há que denuncie a consciência de que a Monarquia cairia naquela hora: era esperada ao menos a morte do venerado imperador. De 28 de outubro a 11 de novembro entretanto, há uma grande lacuna de editoriais. Parece que nada há que mereça ser comentado, como se a República tivesse entrado em compasso de espera, assistido, silenciosa, à longa e iminente agonia da Monarquia.

Quando o jornal volta a se pronunciar, a 11 de novembro, é para lamentar a morte do republicano Maciel Pinheiro e assinalar as perseguições que ele sofreu da inimiga natural de todos os talentos não arregimentados na fileira dos submissos ou dos dependentes", a Monarquia. (46)

O número do dia 14 traz o mais forte ataque de quantos foram feitos ao chefe de Gabinete Liberal. juntamente com a reafirmação na esperança de que a República haveria de vir. O do dia 15, nada contém de realce: as mesmas notícias do Paço e da família Imperial e a ausência de editorial, para o comentário do dia 16, de estupefação — o redator comenta, sob o título "O dia de ontem", quão brusca e rapidamente se desenvolveram os fatos e como desencontradas chegam as notícias.

Em todo o restante do mês de novembro o jornal se restringe a relatar os fatos e publicar proclamações e atos do Governo Provisório. É como se já se tivesse cumprido sua missão, restando-lhe o apoio, coerente, à nova situação.

NOTAS

- (1) "O Paiz" — editorial "Mais um anno" — 1/10/1889
- (2) Evaristo de Moraes. Da Monarchia para a República, p. 20.
- (3) Leoncio Basbaun. História Sincera da República, p. 208.
- (4) "Manifesto de Quintino Bocaiúva ao Partido Republicano Brasileiro 1889" apud Reynaldo Carneiro Pessoa. A idéia republicana no Brasil, através dos documentos, p. 146 e seguintes.
- (5) Idem, p. 159.

- (6) Leoncio Basbaun, op. cit., p. 208.
- (7) Leoncio Basbaun op. cit., p. 219.
- (8) Nabuco chamou de "político silogística" este "manejo de idéias novas": a teorização sobre teses. que conduz muitas vezes à contradição, quando confrontada com os fatos. Joaquim Nabuco, "Balmaceda" apud Oliveira Viana, O caso do Império, p. 90.
- (9) "O Paiz" — editorial "Os Centenários" — 4/7/1889.
- (10) "O Paiz" — editorial "Os Centenários" — 3/7/1889.
- (11) "O Paiz" — editorial "Nove de Julho" — 9/7/1889.
- (12) Wilsonismo foi o nome dado à corrupção do governo frances, na presidência Julio Grévy, pela venda de condecorações, nas quais esteve diretamente envolvido o genro do Presidente, o deputado Wilson.
- (13) "O Paiz" — editorial "Sete de setembro" — 7/9/1889.
- (14) "O Paiz" — editorial "Estes príncipes .." — 11/7/1889.
- (15) "O Paiz" — editorial "Estes príncipes..." — 11/7/1889.
- (16) "O Paiz" — editorial "O governo liberal" — 27/7/1889.
- (17) "O Paiz" — editorial "Expedientes condenáveis" — /7/1889.
- (18) "O Paiz" — editorial "Alta Execução" — 31/8/1889.
- (19) "O Paiz" — editorial "Panno de Amostra" — 12/8/1889.
- (20) "O Paiz" — editorial "O intimo receio" — 17/8/1889.
- (21) "O Paiz" — editorial "Manobras eleitoraes" — 21/8/1889.
- (22) "O Paiz" — editirial "Manobras eleitoraes" — 21/8/1889.
- (23) "O Paiz" — editorial "Manobras eleitoraes" — 21/8/1889.
- (24) "O Paiz" — 27/8/1889.
- (25) "O Paiz" — 30/8/1889.
- (26) "O Paiz" — editorial "Alta Execução!" — 31/8/1889.
- (27) "O Paiz" — editorial "Continuemos..." — 21/9/1889.
- (28) "O Paiz" — editorial "Continuemos..." — 21/9/1889.
- (29) "O Paiz" — editorial "Desordens em Ouro Preto" — 11/10/1889.
- (30) "O Paiz" — editorial "O Coronel Mallet" — 23/10/1889.
- (31) "O Paiz" — editorial "O Coronel Mallet" — 23/10/1889.
- (32) "O Paiz" — editorial "Grande Obra!" — 24/10/1889.

- (33) "O Paiz" — Noticiário "Planos Governamentaes" — 10/11/1889.
- (34) "O Paiz" — editorial "No Capitólio — 14/11/1889.
- (35) "O Paiz" — editorial — "Auxílio á lavoura" — 2/7/1889.
- (36) "O Paiz" — editorial — "Auxílios á lavoura" — 2/7/1889.
- (37) "O Paiz" — editorial — "Banco Sul Americano" — 8/10/1889.
- (38) "O Paiz" — editorial — "Banco Sul Americano" — 8/10/1889.
- (39) "O Paiz" — editorial — "A Questão bancária" — 30/10/1889.
- (40) "O Paiz" — editorial — "A questão bancária" — 30/10/1889.
- (41) "O Paiz" — editorial — "O Congresso Americano" — 17/10/1889.
- (42) "O Paiz" — editorial — "Os illustres desconhecidos" — 9/9/1889.
- (43) "O Paiz" — coluna — "Microcosmo" — 11/7/1889.
- (44) "O Paiz" — editorial — "O Congresso Americano" — 17/10/1889.
- (45) "O Paiz" — editorial — "No Capitólio" — 14/11/1889.